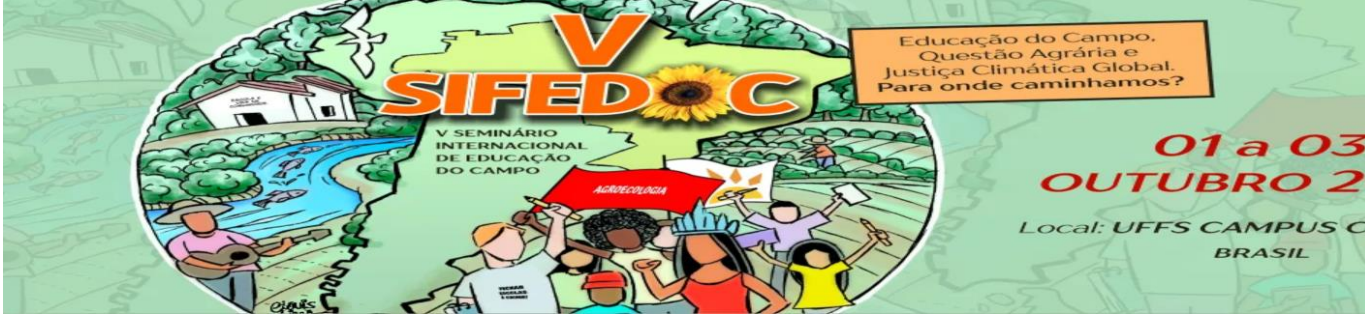


EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA COMO PRÁTICAS FORMATIVAS E EMANCIPATÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EXTENSÃO RURAL

Autor[1] Ramon Gomes Muniz
Co-Autor[2] Leonardo de Azevedo Motta

Círculo de Saber 02

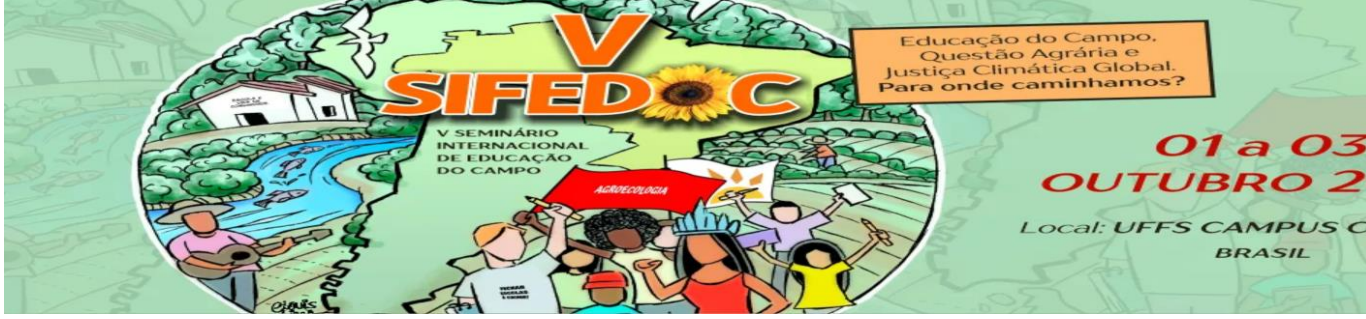
Palavras-chave: Agroecologia; Movimentos Sociais; Educação do Campo.

Introdução

A educação do campo no Brasil foi pensada e construída através das lutas dos movimentos sociais, a fim de garantir o ensino popular e diferenciado para os sujeitos do campo e povos tradicionais, tendo as ferramentas da pedagogia da alternância como meio principal no processo formativo. Nesse contexto, as práticas agroecológicas estão diretamente vinculadas a vivências dos sujeitos do campo, das águas e das florestas.

O presente resumo tem como objetivo discutir as articulações entre educação do campo, agroecologia e extensão rural participativa, enfatizando os processos formativos emancipatórios construídos por sujeitos camponeses, movimentos sociais e universidades públicas. Diante do contexto histórico de negação de direitos às populações do campo, as políticas educacionais tradicionais mostraram-se insuficientes para atender às especificidades culturais, territoriais e produtivas desses sujeitos (Caldart, 2009).

[1] Graduando em Agronomia pela UFRRJ. E-mail: ramongomesmuniz12@gmail.com
[2] Licenciatura em Educação do Campo pela UFRRJ. E-mail: leonardo.azevedorj1@gmail.com



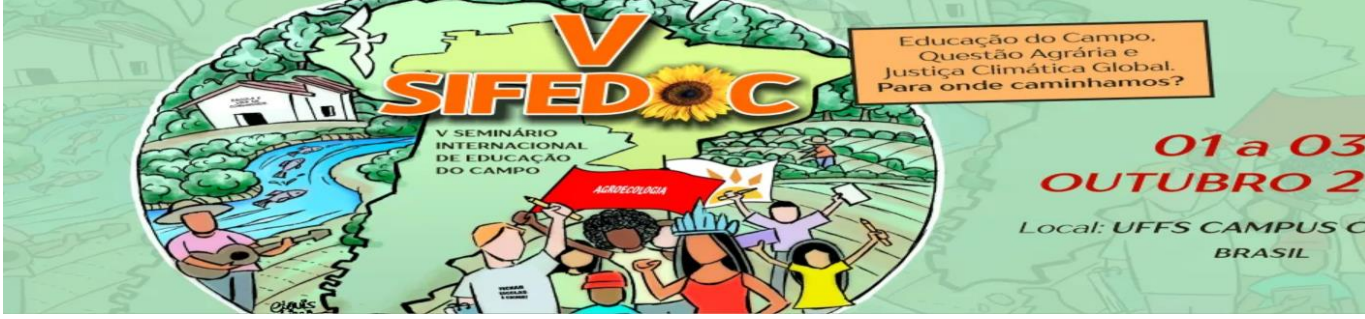
A hipótese central deste trabalho é que a educação do campo, quando articulada à agroecologia e fundamentada em práticas participativas de extensão rural, possibilita processos formativos mais democráticos, contextualizados e transformadores. Para tanto, mobilizamos uma metodologia qualitativa, com base em análise documental de textos acadêmicos, experiências extensionistas e materiais didáticos utilizados no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ (UFRRJ, 2010).

O texto está estruturado em três partes: na primeira, discutem-se os fundamentos históricos e políticos da educação do campo no Brasil, destacando o papel dos movimentos sociais; na segunda, apresenta-se a agroecologia como proposta pedagógica e científica em disputa com o paradigma convencional; e, na terceira, analisa-se a extensão rural participativa como ponte entre educação e território. Finalizamos com reflexões sobre os desafios e potencialidades da integração desses campos na construção de um projeto educativo emancipador.

1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A educação do campo surge como uma resposta histórica à ausência de políticas educacionais voltadas às populações camponesas. Longe de ser apenas uma modalidade de ensino, ela representa uma proposta pedagógica e política forjada nas lutas dos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros (Santos 2017).

Esses sujeitos coletivos protagonizaram processos de resistência frente à homogeneização cultural e à marginalização territorial. Foi nesse contexto que surgiram experiências como o ENERA (Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária) e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), alicerçando a construção de uma educação "do" e "no" campo, com base na realidade concreta dos sujeitos do campo (Santos; Silva, 2016).



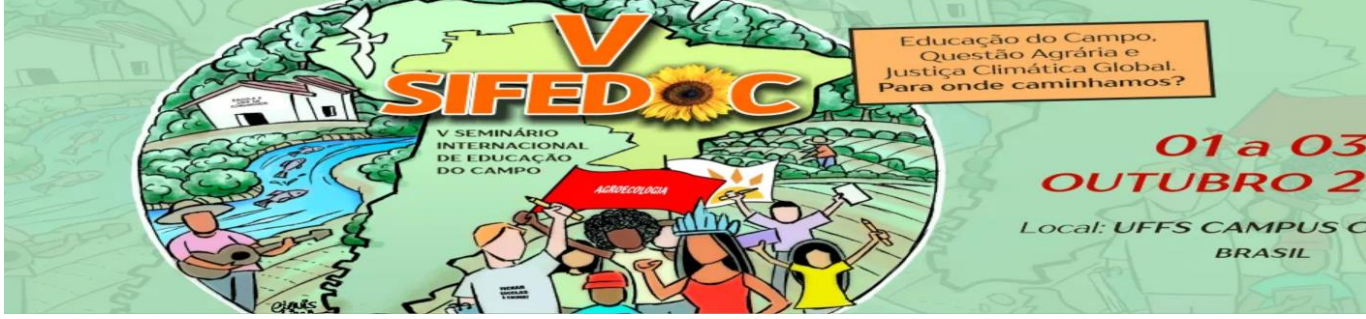
O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ é exemplo dessa articulação, materializando diretrizes pensadas coletivamente e com compromisso territorial. A proposta de formação contempla as dimensões histórico-culturais dos territórios, a valorização da diversidade e a gestão democrática do conhecimento (UFRRJ, 2010).

2. AGROECOLOGIA: ENTRE A CIÊNCIA, A PEDAGOGIA E A RESISTÊNCIA

A agroecologia vem se constituindo, nas últimas décadas, como uma prática formativa fundamental na construção de alternativas ao modelo agroindustrial hegemônico. Conforme Sousa (2017), as experiências de formação agroecológica surgem em resistência à modernização conservadora da agricultura e ao tecnicismo das escolas agrárias, promovendo uma lógica contra-hegemônica que articula ciência, cultura e território. Essas experiências têm sido institucionalizadas em universidades e institutos federais, muitas vezes em parceria com os movimentos sociais, ainda que enfrentem desafios para manter vínculos com sua matriz social de origem.

Como destaca Khatounian (2001), a chamada Revolução Verde consolidou um modelo de agricultura baseado em adubos químicos, agrotóxicos e monoculturas, gerando dependência tecnológica, exclusão social e degradação ambiental. Em oposição a esse modelo, a agroecologia propõe um paradigma orientado pela abordagem sistêmica, pela integração com os ciclos ecológicos e pela autonomia camponesa.

A agroecologia, ao contrário do modelo convencional, propõe uma relação integrada entre saberes populares e conhecimento científico. Ela se estrutura como um campo multidisciplinar, que ultrapassa a técnica agrícola, atuando também como proposta formativa, social e política.

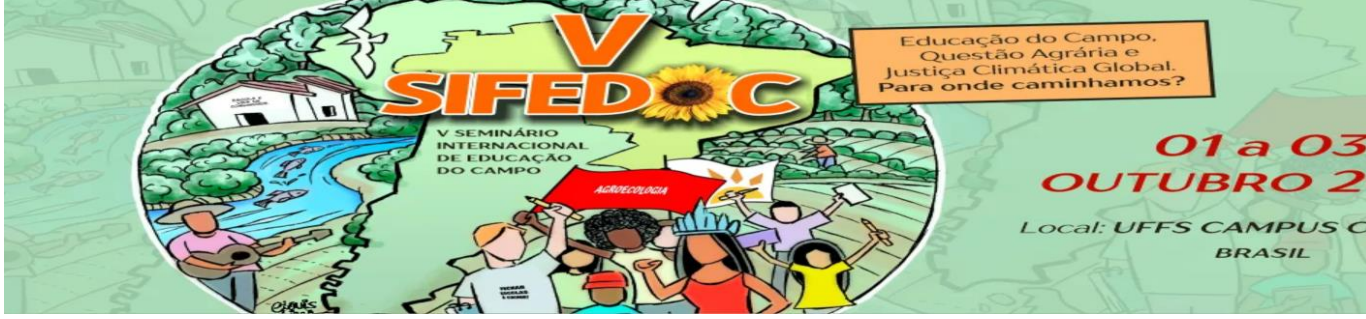


Historicamente, a agroecologia emergiu como crítica à Revolução Verde, que priorizou a produtividade à custa de agrotóxicos, transgênicos e exclusão de agricultores familiares. Nesse sentido, ela não apenas propõe novas formas de produzir, mas também de educar, pensar e viver o campo (Santos et al., 2009).

Nas escolas do campo, a agroecologia tem se apresentado como ferramenta pedagógica integradora, especialmente através de hortas escolares, projetos interdisciplinares e inserção no Projeto Político-Pedagógico (PPP). Ela contribui para a construção de currículos contextualizados e para a valorização dos conhecimentos territoriais (Caporal; Costabeber, 2004). A agroecologia, nesse sentido, não é apenas uma técnica agrícola alternativa, mas uma proposta de reconstrução ecológica da agricultura, com base em princípios como a diversificação produtiva, o fortalecimento da fertilidade do sistema e a valorização do saber tradicional. Essa perspectiva pedagógica transforma a agroecologia em uma prática educativa por excelência, ao estimular o pensamento crítico e o protagonismo no manejo dos agroecossistemas (Khatounian, 2001). Caldart (2016) ressalta que aproximar a agroecologia das escolas do campo representa um compromisso ético, político e epistemológico com a vida, e deve ser parte de uma agenda educativa transformadora voltada à construção de novos paradigmas de produção e existência. Essa relação exige formação crítica, ruptura com currículos fragmentados e adoção de metodologias que articulem teoria, prática e os saberes dos povos do campo.

3. EXTENSÃO RURAL PARTICIPATIVA COMO MEDIAÇÃO FORMATIVA

A extensão rural participativa se constitui como um espaço de mediação entre universidade, campo e sociedade. Diferente do modelo difusionista, baseado na transmissão vertical de tecnologias, a proposta participativa reconhece o agricultor como sujeito do conhecimento e da transformação (Freire, 1983).



Autores como Paulo Freire e Oakley fundamentam a prática extensionista crítica, pautada no diálogo, na escuta e na problematização da realidade (Oakley, 1991). Ferramentas como o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o MEXPAR têm sido utilizadas com ênfase na construção coletiva de soluções.

Experiências como a do projeto Horta Escolar Pedagógica, no município de Seropédica (RJ), demonstram a potência dessa abordagem, ao integrar educação básica, agroecologia e protagonismo estudantil no campo.

Conclusão

A articulação entre educação do campo, agroecologia e extensão participativa representa um caminho promissor para a construção de um projeto educativo emancipador, enraizado nos territórios e voltado à transformação social.

A consolidação dessa proposta exige o fortalecimento das políticas públicas, a escuta dos sujeitos do campo e o reconhecimento da diversidade de saberes e experiências como patrimônio pedagógico. Reafirmamos, portanto, a necessidade de superar visões homogeneizadoras, e de promover a educação como ato de resistência e liberdade.

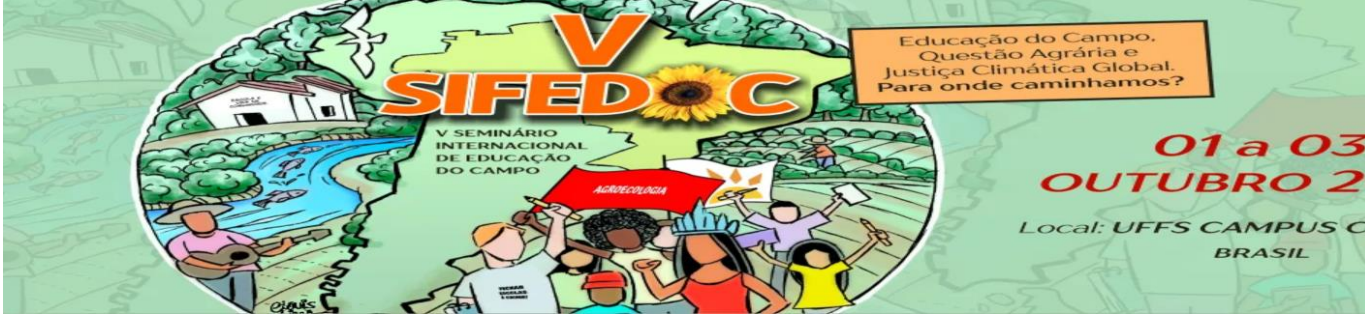
Referências bibliográficas

CALDART, R. S. Escolas do campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. 2016. Disponível em: https://mst.org.br/. Acesso em: 9 jun. 2025.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul./set. 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017180924.

KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.



CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. 2004, p. 16-22.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

OAKLEY, P. Projetos de desenvolvimento rural participativos: um guia prático. Brasília: FAO, 1991.

SANTOS, R. B. História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Teias, v. 18, n. 50, p. 246-269, 2017.

SANTOS, R. B.; SILVA, M. A. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. Rev. Diálogos, v. 10, p. 111-127, 2016.

SANTOS, F. et al. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Seropédica, 2010.